



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2019

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso das atribuições constitucionais e legais¹

Considerando que compete ao Ministério Público "**expedir recomendações**, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis" (Lei Complementar 75/1993, art. 6º, inciso XX);

Considerando que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis e sociais e, no presente caso, nos termos da Resolução nº 90 do CSMPDFT, **acompanhar e fiscalizar** a gestão de recursos humanos, as licitações, **os contratos** e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional;

Considerando que o gestor público deve se aprimorar na gestão do dinheiro público e na execução da obra pública, tendo em mira a excelência do serviço público e a qualidade da obra custeada com os recursos públicos; e que sua atuação deve, sempre, pautar-se pelos princípios insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, em especial os da legalidade e eficiência; e

Considerando as conclusões decorrentes a que se chegaram nos autos do Inquérito Civil Público nº 08190.241254/17-00, desta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Difusos (o qual foi instaurado para investigar possíveis irregularidades em obras públicas PAs 138.000206/2014, 138.000.196/2013, 138.000.214/2013, 138.000.480/2014 e 138.000.520/2014.

RECOMENDAR

à **Administração Regional de Ceilândia**, na pessoa do Administrador Regional, no sentido de que:

1) que se adote providências tendentes a **acompanhar, periodicamente**, a execução das obras públicas, no curso delas (com diário de acompanhamento das etapas das obras feito por servidor público, e não pela contratada) e também ao final (com verificação minuciosa de todos os itens previstos no contrato, exigindo que o executante refaça os itens que não apresentaram a mensuração prevista ou o padrão de qualidade exigido), e instrua, adequadamente, o PA

¹ Constituição Federal, Artigos 127 c/c 129, incisos II, III, VI e IX;

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, 7º, inciso I.

Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, arts. 2º; 11º, inciso XV e § 3º; e 21-A, incisos I e II, § 3º.

respectivo com tais documentos, para fins de transparência e fiscalização futura;

2) **esteja atento** (e implemente mecanismos internos de análise) **às propostas dos licitantes** que se apresentem muito próximas entre si, ou com estimativas de preços idênticos ou similares ao orçamento, porque isso pode ser indicativo de que elas mantiveram contato prévio entre si e ajudaram tendenciosamente suas propostas, caso em que a licitação não deve prosseguir;

3) adote medidas tendentes a evitar fracionamento indevido de licitação, identificando situações em que obras similares serão realizadas num período de tempo, situação em que deve o administrador se organizar e se planejar adequadamente para as obras em conjunto, devendo optar por realizar licitação mais ampla, de modo a obter melhores preços, e com modalidade de licitação mais rigorosa;

4) adote providências, no contexto do **PA 196/2013**, no sentido de que seja ressarcido o dano ao erário identificado pelo Setor de Perícias deste Ministério Público (no valor de R \$ 30.030,10, decorrente de serviços contratados e não executados, ou executados a menor, notadamente execução de metragens de alambrados e calçadas a menor do que o contratado), seja mediante notificação da pessoa jurídica executora da obra para que restitua o valor a maior, ou que conserte as falhas identificadas;

5) adote providências, no contexto do **PA 480/2014**, no sentido de que seja ressarcido o dano ao erário identificado pelo Setor de Perícias deste Ministério Público, no valor de R\$ 31.168,93 (as obras não foram executadas nas quantidades previstas no projeto, notadamente nas metragens de alambrados, pisos e calçadas a menor, além de desconformidades no traçado das calçadas, na área do piso da quadra e na inexistência de mureta de base dos alambrados), seja mediante notificação da pessoa jurídica executora da obra para que restitua o valor a maior, ou que conserte as falhas identificadas.

O Ministério Público requisita, por fim, que as providências adotadas em cumprimento à presente recomendação sejam formalmente comunicadas a este órgão ministerial, estabelecendo-se o prazo de 90 (noventa) dias para a adoção de providências, sob pena de ajuizamento, por parte desta Promotoria de Justiça, de ação judicial tendente a obrigar o Administrador Público a adotar as medidas adequadas.

Ceilândia/DF, 06 de junho de 2019.

JOSUÉ ARÃO DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça
MPDFT